



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL JUARA ESTADO DE MATO GROSSO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023- LOTE 002

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (MASTER MED CENTRO DE MEDICINA DO TRABALHO), CNPJ n. 08.561.355/0001-61, já devidamente qualificada no procedimento licitatório em epígrafe, com fulcro no art. 109 da Lei n. 8666/93, vem, respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, por seu representante constituído, na forma da Legislação Vigente e de acordo com o Edital de Licitação, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra o ato da Comissão de Licitações que julgou vencedora no lote 002 do pregão eletrônico Nº 019/2023 a empresa IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA, CNPJ 0.869.003/0001-10 por manifesta inexecuibilidade da proposta ofertada, o que faz pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I. DOS FATOS

Por intermédio de sua Comissão de Licitações, o Município de Juara, Estado de Mato Grosso, promove licitação sob a modalidade de “Pregão Eletrônicos”, do tipo “Menor Preço Global”, OBJETIVANDO A: **Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho, para, Elaboração**



GRUPO
MASTER *Med*

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

**e Gestão de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT),
Elaboração e Gestão do Programa de Controle Médico de Saúde**

Ocupacional (PCMSO), Elaboração e Gestão na implantação do AET (Análise Ergonômica do Trabalho), Prestação de serviços médicos para realização Atestados de Saúde Ocupacionais e Exames Médicos Ocupacionais e Complementares, Gestão do e-Social com Software especializado em SST que atenda o e-Social, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

Assim, interessada em participar do certame, a empresa LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (MASTER MED CENTRO DE MEDICINA DO TRABALHO), CNPJ n. 08.561.355/0001-61, estudou o Edital e iniciou os preparos para a sua devida habilitação.

Outrossim, tendo ocorrido a sessão de abertura dos lances em 30-03-2023, foi julgada como vencedora a proposta do lote 002, apresentada pela empresa “IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA”.

Lado outro, ocorre que a referida proposta não atende aos requisitos mínimos legais e editalícios, **em virtude de ser a proposta apresentar valor inexecutável**, o que impõe a sua desclassificação, conforme demonstraremos a seguir.

II. DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

A interposição do presente recurso é **tempestiva**, considerando o prazo estabelecido pelo o pregoeiro responsável pelo processo licitatório no site: “https://operacao.portaldecompraspublicas.com.br/4/SessaoPublica/?ttCD_CHAVE=227948”



A empresa recorrente não venceu o certame, portanto, evidencia o **interesse recursal**.

A peça de irressignação é proposta por empresa credenciada e participante do certame, o que atesta a sua **legitimidade**.

Presentes, portanto, os pressupostos recursais.



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

III. DA INEXEQUIBILIDADE DO PREÇO OFERTADO PELA EMPRESA “IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA”

III.1. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A priori, conforme se observa do procedimento de abertura de propostas pelas licitantes, *in casu*, a empresa IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA apresentou proposta vencedora no valor global pelo lote 002 de R\$135.400,00 (cento e trinta e cinco mil e quatrocentos reais).

Respeitosamente, considerando-se o valor máximo estimado pela Administração, conforme previsão do Edital em comento, vislumbra-se que a proposta vencedora **não pode ser considerada exequível**, nos termos da Lei Nº 8.666/1993 uma vez que destoa completamente dos preços médios praticados no mercado.

Ademais, valor inexecutável entende ser a doutrina como sendo:

“...aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-se lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro),

conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegalmente, inclusive asfixiando competidores de menor porte.” (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. p.559)



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

No caso em tela, não é razoável a aprovação de proposta pelo lote 002 no valor de R\$ 135.400,00 (cento e trinta e cinco mil e quatrocentos reais), haja vista, que o órgão licitante apresentou uma estimativa de R\$ 270.717,00 (duzentos e setenta mil e setecentos e dezessete reais) para o preço global.

No presente caso, observa-se um flagrante disparidade do valor apurado pela administração pública, como média aceitável de mercado, e o valor final da proposta vencedora.

Abaixo demonstraremos por meio de cálculos a média dos valores apresentados pelas outras empresas concorrentes para a realização dos serviços, **sendo a proposta mais razoável apresentada a da empresa ora recorrente, que está mais próxima dessa média.**

Revela-se impertinente qualquer proposta apresentada abaixo de 50,00% (*cinquenta por cento*) do valor estimado, a empresa IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA, apresentou precisamente 50,01% (*cinquenta inteiros e um decimo por cento*).

Assim sendo, em uma análise superficial pode-se afirmar que a licitante vencedora e, bem assim, a Comissão de Licitação não compreenderam o esforço a ser empreendido no trabalho a ser contratado pelo Município de Juara.

Neste sentido, o valor da proposta da empresa vencedora, notoriamente não acoberta o custo dos materiais e mão-de-obra especializada, necessários para execução do objeto da licitação, frisa-se que a empresa ora mencionando não possui filial no município de Juara ou na região para prestar os serviços especificados no certame, ficando sua sede estabelecida no município de Cuiabá e a filial em Várzea Grande, a mais de 700 km do local da execução dos serviços, entendesse que a proposta



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

apresentada “inexequível”, ainda terá que cobrir custos de uma nova empresa, filial, junto ao município de Juara, ou ainda, fazer deslocamentos constantes para atender a contratante. Destarte o exposto, questionamos: **A empresa vencedora do certame “IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA”, além de praticar valores inexequível, equivalente a 50,01% do valor global balizado pela contratante, ainda terá custos adicionais a prestação de serviços?**

Outrossim, por motivos de razoabilidade e proporcionalidade, e princípios correlatos à administração pública, como da **eficiência**, o que precisa ser observado, é a possibilidade no mundo real de cumprimento do contrato administrativo quanto ao objeto do presente certame licitatório por parte da empresa vencedora.

A coletividade não pode ser prejudicada por eventual descumprimento das cláusulas do contrato administrativo, tendo por fundamento, precípua, a proposta inexequível apresentada.

De mais a mais, o que deve ser levado em consideração por parte desta Comissão são os princípios da **INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO**, bem como da **SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO (Lei 9784/99)**.

Neste compasso, a doutrina especializada leciona (*Pietro, Maria Sylvia Zanella Di Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 31. ed. rev. atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.*):

“Precisamente por não poder dispor dos interesses públicos cuja guarda lhes é atribuída por lei, os poderes atribuídos à Administração têm o caráter de poder-dever; são poderes que ela não pode deixar de exercer, sob pena de responder pela omissão. Assim,



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

a autoridade não pode renunciar ao exercício das competências que lhe são outorgadas por lei; não pode deixar de punir quando constate a prática de ilícito administrativo; não pode deixar de exercer o poder de polícia para coibir o exercício dos direitos individuais em conflito com o bem-estar coletivo; não pode deixar de exercer os poderes decorrentes da hierarquia; não pode fazer liberalidade com o dinheiro público. Cada vez que ela se omite no exercício de seus poderes, é o interesse público que está sendo prejudicado.”

Assim, não se pode olvidar da legislação correlata sobre o tema, *in verbis*:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

*II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com **preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.***

(grifo nosso)

Ademais, é preciso observar pelos licitantes os critérios legais e doutrinários supracitados, a fim de que seja garantido um mínimo de qualidade do serviço a ser prestado, atendendo perfeitamente às exigências do Edital.



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

Portanto, a apresentação de propostas, com metade do valor referencial, configura o reconhecimento, por parte da Administração, de sua inexequibilidade e consequente desclassificação do procedimento licitatório.

A Lei de Licitações é muito clara ao dizer que devem-se considerar como parâmetro, não apenas o valor orçado pela Administração, mas também, as propostas apresentadas pelos demais licitantes, senão vejamos:

Art. 48. (...)

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexeqüíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia,

as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

b) valor orçado pela administração.

(...)

É de se ressaltar que embora o referido parágrafo 1º refere-se a licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, com efeito, **como não há nenhuma normativa tratando do assunto para outros objetos, podemos entender que este parâmetro serve para identificarmos os valores que se presumem inexeqüíveis.**

O douto doutrinador Hely Lopes Meireles, esclarece:

“... A inexequibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros

fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração. (MEIRELES, 2010, p. 202).

No mesmo sentido, são as lições de Marçal Justen Filho (*JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Dialética: São Paulo, 2010 – pág. 654-655*):

“Admitir generalizadamente a validade de propostas de valor insuficiente pode significar um incentivo a práticas reprováveis. O licitante vencedor procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. Isso envolverá a redução da qualidade da prestação, a ausência de pagamento dos tributos e encargos devidos, a formulação de pleitos perante a Administração e assim por diante.

Usualmente, a contratação avençada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato. Caberá manter grande vigilância quanto à qualidade e perfeição do objeto executado e litígios contínuos com o particular, sempre interessado em obter uma solução que propicie a reestruturação da contratação. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes. No final, a Administração obterá ou um objeto de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato.”

Outrossim, a súmula 262 do TCU (Tribunal de Contas da União) preconiza:



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

“O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.”

O TCE/MG (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais) quando do julgamento do Processo n. 911.699 decidiu:

EMENTA: DENÚNCIA – NÃO OCORRÊNCIA DAS IRREGULARIDADES APONTADAS –

ARQUIVAMENTO. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis. Serão considerados inexequíveis aqueles preços que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e serão considerados excessivos quaisquer valores que sejam superiores ao valor estimado pela contratante.

Portanto, é dever da Administração, em respeito ao Princípio da Autotutela Administrativa, diante das razões deste recurso, conceder à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta (súmula 473, STF):

SÚMULA 473

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

III.2. DO VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Inicialmente, cabe salientar que da leitura do Edital da presente Licitação depreende-se o valor orçado pela Administração Pública.

No Edital ele pode ser localizado como Valor Orçado ou Valor Máximo a ser praticado na Licitação.

Assim, conforme especificação no edital, observa-se que o valor orçado pela administração é calculado pela média de cesta de preços obtida através de cotações em empresas especializadas neste tipo de prestação de serviços.

É o entendimento apresentado pelo TJMG:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - RESSARCIMENTO AO ERÁRIO SUPERFATURAMENTO EM LICITAÇÃO - INOCORRÊNCIA - CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS- IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-

FÉ. 1 - A Ação Civil Pública é o instrumento processual adequado à proteção do patrimônio público, conforme art. 1º da Lei nº 7.347/85; 2 - **A cotação de preços é fase interna que se destina à escolha da modalidade da licitação e serve como parâmetro para a desclassificação das propostas com valor superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexecutáveis**, não caracterizando superfaturamento a sua inobservância. 3 - A condenação do autor da Ação Civil Pública ao pagamento de honorários de sucumbência somente se justifica se comprovada a litigância de má-fé. (TJMG - Apelação Cível 1.0476.14.000280-1/001, Relator(a): Des.(a) Renato Dresch, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 03/03/2016, publicação da súmula em 10/03/2016)



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

Conclui-se, portanto, que o valor máximo estimado pela Administração, pelo lote 002, é de R\$ 270.717,00 (duzentos e setenta mil e setecentos e dezessete reais).

III.3. DA MÉDIA ARITMÉTICA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS LOTE 02:

Destacamos que de posse de todas as propostas apresentadas e validas (conf. ranking do processo em anexo ao processo) pelos Licitantes é dado o cálculo do Preço:

As propostas dos licitantes cujos valores sejam iguais ou inferiores a 50% (*cinquenta por cento*) do valor orçado pela Administração **estão fora da média, conforme demonstramos a seguir:**

Lote 02- Valor Orçado: R\$ 270.717,00 /50%= R\$ 135.358,50

Assim, no caso em tela verifica-se:

Licitante 01- IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA- R\$ 135.400,00

Licitante 02- LEITE SCHOLER SERVICOS MEDICOS LTDA R\$ 217.675,00

Licitante 03- WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA R\$ 270.717,00

Total das Propostas Válidas: R\$ 623.792,00

Média Aritmética das Propostas Válidas Valor ÷ 3= R\$ 207.930,67



GRUPO
MASTERMed
Centro de Medicina do Trabalho
LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

III.4. DA LOCALIZAÇÃO 70% DO MENOR VALOR LOTE 02

Realizando um cálculo aritmético, devemos encontrar 70% do menor valor (ou valor orçado pela Administração ou do valor médio das propostas). No presente procedimento, observamos:

Valor Orçado pela Administração: R\$ 270.717,00

70%: R\$ 189.501,90

Valor da Média Aritmética das Propostas: R\$ 207.930,67

70%: R\$ 145.551,47

Neste caso o menor valor encontrado tem como base a Média Aritmética das Propostas dos Licitantes, ou seja, qualquer valor apresentado abaixo de R\$ **145.551,47** (*cento e quarenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos*) **será considerado manifestadamente inexequível.**

III.5. DA IDENTIFICAÇÃO DO PREÇO INEXEQUÍVEL

Ab initio, já decidiu o TJMG:

EMENTA: - O objetivo da verificação de que os preços unitários são exequíveis é assegurar à Administração a ausência de problemas futuros que podem ser



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

apresentados pela empresa, como pedido de reequilíbrio financeiro, inexecução ou baixa qualidade de serviços. A preocupação básica é evitar a constatação de preços acima dos parâmetros de mercado, ou então, a de preços inicialmente vantajosos, mas que, pela distribuição de seus valores unitários, se convertem em prejuízo da Administração no decorrer dos aditivos.

- *Não havendo prática de ato ilegal e lesivo ao patrimônio público, improcedente a decretação de nulidade do certame licitatório.
(TJMG Reexame Necessário-Cv
1.0035.02.012251-7/001, Relator(a):
Des.(a) Vanessa Verdolim Hudson
Andrade, 1ª CÂMARA CÍVEL,
julgamento em 2/10/2013, publicação da
súmula em 31/10/2013)*

Pelos cálculos aritméticos demonstrados acima, conclui-se que o resultado do Terceiro Passo - Valor de Referência para desclassificação é **R\$ 145.551,47** (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos). Logo, todas as propostas que estiverem abaixo de **R\$ 145.551,47** **deverão ser desclassificadas.**

Portanto, os cálculos acima, a proposta apresentada pela empresa IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA deve ser considerada com inexecutável nos termos da lei 8.666/93, deste modo, o **RANKING DO PROCESSO** ficará da seguinte forma:

Licitante 01- IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA- R\$ 135.400,00
(desclassificada por valor inexecutável)

Licitante 02- LEITE SCHOLER SERVICOS MEDICOS LTDA- R\$ 217.675,00
(vencedora do certame, lote 002)

Licitante 03- WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA- R\$ 270.717,00



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

A proposta da Licitante abaixo, deverá ser desclassificada por estar abaixo de 70% da média aritmética das propostas válidas conforme Artigo 48, II, §1º, “a”, Lei 8.666/1993.

Licitante 01- IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA- R\$ 135.400,00
(desclassificada por valor inexequível)

Nova Classificação das Propostas:

Licitante 01- LEITE SCHOLER SERVICOS MEDICOS LTDA- R\$ 217.675,00

Licitante 02- WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA- R\$ 270.717,00

IV. DA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Cabe destacar ainda que, nos documentos de habilitação da empresa “IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA”, não foram localizados os seguintes documentos:

- Cadastro do estabelecimento no CNES, conforme solicitação do edital;
- Técnico em segurança do trabalho, com vínculo comprovado junto a empresa “IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA”, com base na Lei nº 7.410/1985, dispõe sobre “**Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras Providências**”, o exercício da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho será permitido, exclusivamente ao



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

técnico de segurança de trabalho, não podendo ser atribuída a médico de trabalho ou engenheiro de trabalho, vejamos:

Art. 2º - O exercício da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho será permitido, exclusivamente:

I - ao portador de certificado de conclusão de curso de Técnico de Segurança do Trabalho, a ser ministrado no País em estabelecimentos de ensino de 2º grau;

Nota-se que pela habilitação a empresa em questão já será desclassificada, por não cumprir com a documentação necessária apresentada.

V. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ex positis, a Administração pública quando verifica o preço manifestamente inexequível tem o dever de atestar a plausibilidade da composição do preço final, especialmente no tocante a compatibilidade entre os lances ofertados e os valores de mercado colhidos pelo próprio órgão licitante.

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos rechaça que sejam aceitos pela Administração valores superiores ao estimado, e no mesmo sentido proíbe a admissão de propostas com preços muito aquém do orçado pelo órgão licitante.

No caso sob exame, verifica-se que a licitante declarada vencedora, no desejo de obter a contratação por parte do Ente Municipal, ultrapassou o limite da exequibilidade, **reduzindo os preços a valores inferiores aos manifestamente plausíveis.**

O critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração e que determinará o (a) licitante vencedor (a) será o de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que este não seja excessivo ou manifestamente inexequível e atenda as



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

especificações exigidas na legislação aplicável e especialmente neste procedimento, levando-se em conta os seus critérios objetivos.

Assim, em apreço ao **Princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, impõe-se aos licitantes, bem como a Administração Pública a observância das normas contidas no Edital, de forma objetiva.

É a dicção da Lei n. 8666/93: “Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Considerando tudo o que foi exposto é de se concluir que a proposta da licitante vencedora é manifestamente inexequível ao se comparar com o preço estimado, devendo a administração realizar diligências no sentido de confirmar a real exequibilidade da proposta.

Portanto, em razão do exposto, sob pena de nulidade do ato de adjudicação, e em obediências as condições legais e preestabelecidas no ato convocatório, a Recorrida deve ser intimada a apresentar documentação que demonstre a exequibilidade de sua oferta, sob pena de desclassificação, conforme já decidiu o TCU no Acórdão n. 2198/2009, Plenário (Relator: BENJAMIN ZYMLER):

Enunciado

O órgão contratante deve verificar a conformidade das propostas de licitantes com os preços correntes do mercado, bem como com aqueles praticados no âmbito de outros órgãos e entidades da Administração Pública.

Neste sentido, trazemos à colação o Acórdão 1679/2008-Plenário, TCU:



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

Enunciado

O critério para aferição de viabilidade de propostas de preços conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade, cabendo à Administração verificar a efetiva capacidade da licitante executar os serviços.

VI. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, requer-se que:

1. essa respeitável Comissão de Licitação que, reconsiderando a decisão que julgou como vencedora do lote 002 a empresa IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA, como demonstrado nos cálculos da média aritmética das propostas nos termos do Artigo 48, II, §1º, da Lei 8.666/1993, reconheça sua proposta como manifestamente inexecutável;
2. subsidiariamente, não sendo reconsiderada a decisão, se digne a Comissão em fazer a remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento para que, diante do irrisório valor apresentado e do risco de não cumprimento do objeto licitado, considere inexecutável a proposta das Licitantes IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA, reformando-se a decisão que declarou vencedora a respectiva empresa, para declaração de vencedora a empresa **recorrente**.
3. Caso a empresa “IMP - INSTITUTO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA”, não seja desclassificada pela prática, inaceitável, de valores inexecutável, o que não se



GRUPO
MASTERMed

Centro de Medicina do Trabalho

LEITE E SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ 08.561.355/0001-61 – Cel. (66) 9 8437-1280

espera, que sejam pela falta de documentos na habilitação conforme mencionado no item 'IV'.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Juara, 06 de abril de 2023.

MARCELO LOBO PEREIRA LEITE
SÓCIO-ADMINISTRADOR
RG: 08652430 SSP/MT
CPF: 811.951.841-15
CRM 5218-MT